

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

VICTORIA MENEZES BATAGLIA

**A disputa pelo uso dos antigos espaços fabris: O caso do galpão Eiji Kikuti em São
Bernardo do Campo**

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da
Universidade de São Paulo, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Bd	<p>Bataglia, Victoria Menezes</p> <p>A disputa pelo uso dos antigos espaços fabris: O caso do galpão Eiji Kikuti em São Bernardo do Campo / Victoria Menezes Bataglia; orientador César Ricardo Simoni Santos - São Paulo, 2021.</p> <p>45 f.</p> <p>TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.</p> <p>1. urbanização. 2. ocupação. 3. desindustrialização. I. Santos, César Ricardo Simoni, orient. II. Título.</p>
----	--

BATAGLIA, Victoria Menezes. **A disputa pelo uso dos antigos espaços fabris:** O caso do Galpão Eiji Kikuti em São Bernardo do Campo. Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Participante: _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Participante: _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Participante: _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso de Geografia que foi muito proveitoso e tive diversas experiências engrandecedoras em aulas e trabalhos de campo. Ao Prof. Dr. César, pela atenção e apoio durante o processo de definição e orientação deste trabalho.

Agradeço também a minha família que pôde me apoiar na minha trajetória acadêmica, não foi fácil estudar e residir em cidades diferentes.

Agradeço aos meus colegas de trabalho e amigos Fernando e Joyane, com os quais eu pude compartilhar a experiência de visitar a ocupação do galpão. As conversas e reflexões acerca da formação territorial da cidade foram de extrema importância para estruturar as considerações presentes nesta pesquisa. Agradeço especialmente ao Fernando por compartilhar suas reflexões acadêmicas sobre o bairro Cooperativa, foram muito enriquecedoras.

Ao morador da ocupação, meus sinceros agradecimentos pois foi compreensivo e colaborativo com a entrevista mesmo através de um contato virtual.

Por fim, agradeço aos meus amigos que puderam me apoiar e motivar durante a produção do trabalho, também tornaram o período de quarentena um pouco mais leve nos momentos que compartilhamos.

RESUMO

BATAGLIA, Victoria Menezes. **A disputa pelo uso dos antigos espaços fabris: O caso do galpão Eiji Kikuti em São Bernardo do Campo.** 2021. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

As novas determinações do capital frente a financeirização aprofundam os conflitos de classe e acirram o tensionamento entre apropriação e propriedade no espaço urbano.

O presente trabalho traz o caso da ocupação “Galpão Eiji Kikuti” localizada em São Bernardo do Campo, com mais de 350 famílias ocupando uma antiga fábrica de borrachas. A produção do espaço na cidade de São Bernardo do Campo foi pautada pela lógica fabril industrial porém nos últimos anos vem tendo seu parque industrial realocado, assim a dinâmica socioespacial, impactada pela crise capitalista e advento do capital financeiro, mudou. A partir disso, busca-se analisar o caso de uma população marginalizada que se apropria do espaço negado afim de suprir suas necessidades de moradia, considerando o agravamento da situação da segurança social da cidade.. A metodologia escolhida foi a revisão bibliográfica, análise de documentos da propriedade, consulta de processos de reintegração de posse e de concorrência pública, análise temporal de imagens de satélite do lote e entrevista com moradores. O Galpão Eiji Kikuti é uma conhecida localidade da cidade e após a ocupação e disputas judiciais em andamento, tem a doação da propriedade sendo considerada, efetivando assim a prática socioespacial e criando um novo uso que foge da lógica mercadológica.

Palavras-chave: Disputas, espaço, urbanização, ocupação.

ABSTRACT

BATAGLIA, Victoria Menezes. **The dispute for the use of old industry spaces**: The case of the "Galpão Eiji Kikuti" in São Bernardo do Campo. 2021. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

The new determinations of capital in the face of financialization deepen class conflicts and intensify the tension between appropriation and property in the urban space. This work presents the case of the “Galpão Eiji Kikuti” occupation located in São Bernardo do Campo, with more than 350 families occupying an old rubber factory. The production of space in the city of São Bernardo do Campo was guided by industrial logic, but in recent years its industrial park has been relocated, so the socio-spatial dynamics, impacted by the capitalist crisis and the advent of financial capital, has changed. From this, we seek to analyze the case of the marginalized population, with the city's situation worsening in terms of social security, which appropriates the denied space to meet their housing needs. The chosen methodology was a literature review, analysis of property documents, consultation of processes for repossession and public competition, temporal analysis of satellite images of the lot and interviews with residents. Galpão Eiji Kikuti is a well-known location in the city and after the occupation and ongoing legal disputes, the donation of property is being considered, thus changing the socio-spatial dynamics due to the capital crisis and advent of financial capital impact.

Keywords: Disputes, space, urbanization, occupation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 INDUSTRIALIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DE UM ESPAÇO DESIGUAL	12
2.1 A lógica industrial e produção do espaço em São Bernardo do Campo	12
2.2 PLANEJAMENTO E A PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO URBANO SOB A LÓGICA DA ORDENAÇÃO ESPACIAL	15
2.3. Reestruturação Industrial no ABC paulista e os novas diretrizes econômicas frente à crise capitalista	17
3 APROPRIAÇÃO E PROPRIEDADE	22
3.1 O papel da propriedade privada na segregação socioespacial	22
3.2. CONSULTA E ANÁLISE DO TÍTULO DE PROPRIEDADE DO GALPÃO E A DISPUTA PELO ESPAÇO NO ÂMBITO BUROCRÁTICO	24
4 A DINÂMICA DO USO	27
4.1 Análise das imagens de satélite do Google Earth	27
4. 2 Entrevista Morador da Ocupação no Galpão Eiji Kikuti	32
4.3 O USO ENQUANTO PRÁTICA SOCIOESPACIAL E AS POSSIBILIDADES DE MUDANÇA	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

O trajeto de discussões geográficas durante a minha graduação pôde estruturar um olhar acadêmico para um fenômeno que há algum tempo já observava apenas enquanto moradora de São Bernardo do Campo. Trata-se do desmonte das atividades industriais na região historicamente conhecida pela grande influência do setor metalúrgico, afetando principalmente os trabalhadores socialmente mais frágeis e mudança nos postos de trabalho.

A partir da segunda metade do século XX, um fenômeno impacta na formação da metrópole de São Paulo e seus arredores. A maior parte da produção industrial brasileira passa a se concentrar nesta região. Assim, concomitante ao crescimento da atividade industrial, a urbanização avança, ocupa mais espaços e o desenvolvimento da hegemonia da metrópole paulista no capitalismo brasileiro se deve ao crescimento industrial, pois esse centralizou o poder econômico em São Paulo (PÁDUA, 2009).

A formação da metrópole foi induzida através da indústria e sua espacialidade, assim o tempo acelerado do mundo do trabalho fabril se impõe na vida das pessoas. não só no âmbito do trabalho propriamente dito mas também no mundo familiar, nos deslocamentos e nas possibilidades esmagadas de lazer. Quando ocorre a realocação de espaços industriais, no processo de saída dessas indústrias, acentua elementos de crise social e ambiental produzidos pela própria contradição do modo de produção atual, visto que há perda de empregos e os terrenos desocupados passam por uma deterioração dos edifícios fabris vazios (PÁDUA, 2010).

Por isso, é possível afirmar que a dinâmica da cidade mudou. Essas mudanças estão além de fatores locais, são processos ligados à passagem da predominância industrial para a predominância do capital financeiro: o advento do capital fictício financeirizado tem a especulação como principal motor, no lugar da produção massiva de mercadoria (CARLOS 2004). É importante lembrar, que por se tratar de um processo dialético, a produção fabril não deixa de existir, apesar da perda de protagonismo (LENCIONI, 1991). A diminuição dos postos de trabalho e a precarização das relações trabalhistas passam a ser uma realidade presente, o contexto afeta diretamente a forma de se viver na cidade e a condição de vida de seus habitantes.

O presente estudo busca fornecer elementos teóricos para compreender a partir de um olhar geográfico as mudanças de uso do lote popularmente conhecido como “Galpão Eiji Kikuti”, localizado no número 309 da Estrada Particular Eiji Kikuti em São Bernardo do Campo, como ilustrado na imagem 1. O Galpão Eiji Kikuti atualmente está ocupado por mais

de 300 famílias, podendo chegar até no número de 10 mil pessoas habitando o local, segundo a Defesa Civil. Na propriedade citada funcionava Produflex Indústria de Borracha, atualmente o lote pertence à Secretaria da Fazenda do Estado, pois foi adjudicado mediante a execução fiscal.

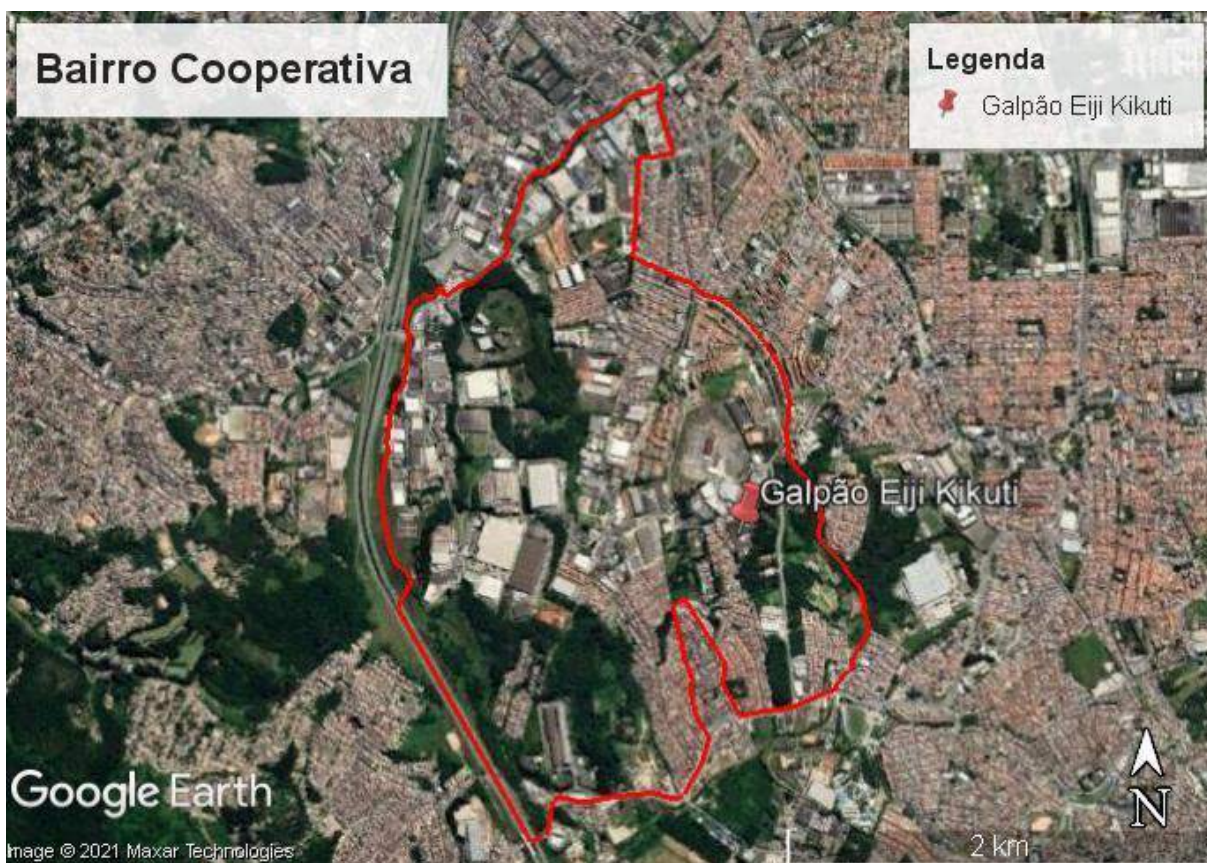


Imagem 1: Delimitação do bairro Cooperativa em São Bernardo do Campo sobreposta à imagem de satélite. Fonte: Google Earth/PMSBC.

Mais especificamente, ao longo do trabalho será discutido o caso de uma população que procura resolver seu problema de sobrevivência através da ocupação de uma área entendida como uma propriedade privada sem uso. O galpão ocupado surge da necessidade do “onde e como morar?”, no contexto do empobrecimento dos trabalhadores de São Bernardo do Campo e da alta no preço das habitações. Assim, o objetivo geral da pesquisa é reconhecer esse tensionamento entre apropriação e propriedade no processo de reprodução do espaço metropolitano, mais objetivamente identificando os efeitos da realocação do parque industrial em São Bernardo do Campo e caracterizando as formas e conteúdos do movimento no tipo de uso do galpão 309 da estrada Eiji KiKuti, atualmente ocupado por diversas famílias.

O bairro Cooperativa, é um bairro onde coexistem diversos tipos de usos em sua delimitação. Desde fazendas de produção agrícola, aglomerados subnormais, uso residencial,

indústrias e empresas. Sua proximidade com importantes rodovias, como Imigrantes e Anchieta, faz dele um ponto estratégico para a localização de indústrias, empresas do ramo de logística e transportadoras. Por isso, a região tem grande pressão do setor empresarial para regulação do seu uso. A trajetória industrial paulista tem uma tendência histórica de concentração econômica nas circunvizinhanças da cidade de São Paulo e é neste processo que se constitui o parque industrial paulista (LENCIONI, 1991).

É importante citar que as economias capitalistas são capazes de manter a acumulação durante seus conflitos iminentes. No entanto, é necessário perceber que o processo de acumulação capitalista, em cada momento histórico, assume uma forma específica. A partir dos anos 1980 a acumulação capitalista passa a ter o domínio da financeirização, numa ideia que os detentores das ações e de volumes de dívida privadas e públicas, são proprietários numa posição externa à produção (PAULANI, 2009).

Ainda segundo Paulani (2009), no Brasil, em meados dos anos 1990, no início do governo de Fernando Collor, há a adoção de medidas voltadas ao capitalismo de ideário neoliberal, ou seja, políticas de menor intervenção estatal na economia. As principais tendências dessas medidas são de mercantilização dos direitos sociais, criminalização de movimentos sociais e da classe trabalhadora, responsabilização do sujeito pela proteção social familiar, já que há uma extrema disseminação de ideais individualistas. Nesse ideário, o princípio é que cada um deve buscar os próprios meios de reprodução da vida.

Assim, os anos 2000 foram marcados pela inserção da lógica do capital financeiro e do fortalecimento do capital derivado do rentismo e aplicações, também chamado de capital fictício pela teorização marxista. De modo geral, essa categoria abrange principalmente direitos de valorização futura em ações, títulos imobiliários e de propriedade, títulos de dívida privados e recursos oriundos de tributação futura. Por isso, a taxa de acumulação de capital fixo produtivo cai cerca de 40%. Para Marx, o capital fictício é tudo aquilo que não é, nunca foi, nem será capital, mas se comporta como tal (PAULANI 2009).

O setor industrial foi o principal motor de transformação e crescimento econômico da década de 70 na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo). Porém, entre 1980 e 2000 o peso da indústria de transformação na ocupação dos postos de trabalho caiu de 38% para 20%, impactando na estrutura econômica da metrópole (CAMPOLINA DINIZ, 2007). Baseado nessas considerações, é possível constatar na RMSP, e consequentemente no município de São Bernardo do Campo, a reprodução de uma tendência mundial onde há produção de um espaço desigual pautado sob a lógica das transformações capitalistas. Nesse processo grande parte da riqueza produzida e de seus frutos são excluídos da maioria da

população trabalhadora, e mesmo com todas as transgressões que possam acontecer, o equilíbrio não consegue ser mantido devido às contradições do processo (DAMIANI, 2004).

Cabe citar que a cidade foi pautada pelos pressupostos da industrialização e por muito tempo a indústria foi o principal motor da acumulação de elementos que fazem a metrópole de São Paulo (LENCIONI, 1991). No entanto, as mudanças nos setores econômicos mundiais trouxeram impactos no âmbito local ocasionando a mudança no uso do espaço do objeto de estudo, o “Galpão Eiji Kikuti”.

Para a análise, compreende-se que as relações sociais se realizam através do espaço, sendo o espaço urbano e as formas de se apropriar da cidade elementos constituidores da realização da existência humana e do modo de vida e suas contradições. Assim, o espaço aparece com um sentido profundo pois se revela como condição, meio e produto das práticas humanas através do uso (CARLOS, 2007).

2 INDUSTRIALIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DE UM ESPAÇO DESIGUAL

2.1 A lógica industrial e produção do espaço em São Bernardo do Campo

Ao longo do século XX a metrópole de São Paulo concentrou capital em diferentes formas: produção, poder de decisão, conhecimento e técnica. O processo de metropolização se consolidou com alianças entre diversos interesses entre o capital industrial, especuladores, proprietários de terra e poder político. Esse processo produziu espaço urbano segregado onde as centralidades são destinadas à poucos (ALVAREZ, 2008).

Sob o mesmo ponto de vista, Baggio (2005) pondera o processo da urbanização pautada pela forma mercadológica e importantes configurações acerca da segregação que esse processo produz:

“No universo das condições sócio-espaciais dos países não-desenvolvidos, esta conformação urbana genuinamente mercadológica e capitalista, implica na instauração de um modelo de urbanização fortemente segregador e excludente que, ao mesmo tempo, engendra e insufla processos de inserção sócio-territorial precárias (ou mesmo perversa), impondo sacrifícios ainda maiores aos segmentos sociais de menor poder aquisitivo. Estes, à medida que se distanciam gradativamente das possibilidades de inserção social - proporcionadas pelas oportunidades de trabalho, pela formação cultural e educacional- formam, desgraçadamente, o próprio alicerce sobre o qual ela se edifica. A olhos vistos, ampliam-se os conflitos sociais e a proletarização/periferização do espaço, ao mesmo passo que se multiplicam bairros-jardins e condomínios fechados. Infere-se, por essa conformação, que a estrutura territorial da cidade periférica prescreve uma genuína configuração espacial acentuadamente desigual e conflituosa, demarcada predominantemente por áreas ocupadas por frações sociais mais abastadas, entrecortadas por exorbitantes extensões de segmentos sociais pobres” (BAGGIO, 2005, p. 29).

Por esses aspectos citados por Baggio (2005), a urbanização enquanto um processo que se realiza a partir das contradições do modo de produção capitalista, e assim produz ao mesmo tempo espaços elitizados acessíveis às classes abastadas e espaços segregados de pouca inserção social, dando forma à configuração segregadora do espaço urbano.

Ao longo das décadas, São Paulo se expande e se caracteriza pelo duplo processo da industrialização-urbanização mencionado por Lefebvre, o que ocasiona o crescimento

conflitante de desenvolvimento econômico e vida social. Ao integrar o espaço à racionalidade advinda da indústria, se reforça a centralidade do poder econômico e político ao capital. Assim, a expansão do tecido urbano tendo o espaço como um atributo econômico, expulsa os sujeitos que não se enquadram aos novos atributos de renda exigidos pela valorização do espaço (RIBEIRO, 2012).

O tecido urbano não se limita à sua morfologia espacial, ele é o suporte do “modo de viver” da sociedade urbana. Assim, pode ser descrito a uma unidade coerente constituída ao redor de uma ou várias cidades. A vida urbana constituída nesse tecido, penetra nos campos da vida social e cultural, comportando objetos e sistemas de valores: lazeres ao modo urbano, costumes, adoção às modas, preocupações com a segurança... em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade (LEFEBVRE, 2008). Desse modo, a formação da Região Metropolitana de São Paulo se constitui nessa unidade do “tecido urbano”, onde a lógica da metrópole ultrapassa os limites intermunicipais, ligando as cidades vizinhas sob um só modo de vida, como é possível constatar a continuidade da mancha urbana na imagem 2.



Imagem 2: Região Metropolitana de São Paulo através de imagem de satélite. 2010 Fonte: Landsat.

Há um século e meio o processo de industrialização é o motor das transformações na sociedade, e se a industrialização é o indutor, é possível dizer que os problemas relativos ao crescimento, à planificação e as questões referentes ao desenvolvimento da sociedade urbana, são os induzidos (LEFEBVRE, 1991). Sendo assim a industrialização e urbanização um processo de dois aspectos: crescimento e desenvolvimento da produção econômica e a vida social. Com a industrialização a cidade se transforma no espaço principal da acumulação, pois está vinculada à produção, distribuição e realização da mercadoria. À medida em que essa acumulação de riquezas favorece uma pequena classe dominante aumentando a desigualdade, a segregação entre classes aparece de forma socioespacial. As relações de propriedade impedem o uso de uma grande maioria dos habitantes, favorecendo os proprietários e detentores de capital (RIBEIRO, 2012).

A compreensão da formação territorial presente no ABC paulista é perpassada pela influência da cidade mundializada de São Paulo, desse modo tem resquício da industrialização, da produção de um espaço industrial e conseqüentemente da urbanização nesta região. O ano de 1970 é considerado o pico da ocupação industrial da RMSP, que tinha 34% da ocupação industrial do país (CAMPOLINA DINIZ, 2007). “Os subúrbios da região do ABC correspondem, sem a menor dúvida, ao trecho mais tipicamente industrial de toda a área suburbana da capital paulista” (AZEVEDO, 1958). Desse modo, segundo Alvarez (2008), a região do ABC se configura enquanto tal dentro de um movimento do capital, através de novos investimentos diretos na produção e na circulação, tornando-se produto da própria metropolização de São Paulo. "O subúrbio configurou-se, assim, como um pressuposto da metrópole" (ALVAREZ, 2008, p. 73).

Considerando as ponderações acerca da formação territorial a partir da influência industrial, o espaço urbano é o principal lugar da acumulação, vinculada à produção industrial e realização da mercadoria. Assim, se faz de necessidade crescente a criação de infra-estrutura e equipamentos para articulação entre produção e circulação das mercadorias (ALVAREZ, 2008).

Portanto, cidades que dispunham de um parque industrial (como o caso das cidades do ABC Paulista inclusive São Bernardo do Campo) precisavam da construção de galpões e armazéns de produção, vias de transporte, distribuição de energia e equipamentos habitacionais devido à concentração de força de trabalho que esse processo resulta (ALVAREZ, 2008).

Desse modo, a lógica gestada na sociedade industrial é a lógica da tecnocracia. Primeiro foi o estabelecimento de parques industriais na cidade, para suprir as necessidades

da produção industrial. Essa lógica está assentada na técnica e na transformação contínua dos meios de produção, porém vai além disso: produz uma práxis, um modo de pensar e agir e um espaço específico de realização (PÁDUA, 2007). Assim, enquanto a sociedade urbana se apresenta enquanto uma universalidade e união de centralidades, grande parte dos moradores vivem uma segregação espacial e não têm acesso às centralidades devido ao alto preço do solo urbano. Por isso, a segregação é dita como socioespacial: porque compreende-se a desigualdade no âmbito econômico, político e espacial (PÁDUA, 2007).

2.2 Planejamento e a produção de um espaço urbano sob a lógica da ordenação espacial

O planejamento do espaço está no âmbito dos planejadores, técnicos, tecnocratas articulados com um discurso que leva ao modo de vida na cidade da hierarquização, ele além de pautar como deve ser o uso do espaço, também divide em lotes e zonas e se torna instrumento produtor da segregação espacial. Nesse processo o espaço se fragmenta e passa a ser governado por uma ordem rigorosa que necessita responder a um novo nível de eficácia: a da atividade produtora. Assim, a cidade industrializada é também um instrumento e passa a ser classificada e analisada, cada função deve ocupar uma área específica (CHOAY, 1979).

Partindo dessa lógica, a cidade passa a ter diretrizes específicas de ocupação e um ordenamento através da produção do espaço. No caso de São Bernardo do Campo, a construção de rodovias em meados dos anos 1940 e 1950 e a implantação de estruturas urbanas ocasionou nos altos índices de urbanização. A construção das rodovias foi um atrativo para a implantação de plantas industriais e assim a região do ABC se tornou uma importante região industrial, com 75% da produção do Estado de São Paulo (RAKAUSKAS, 2012)

Desse modo, o plano de urbanização focado no desempenho do parque industrial tinha objetivos de incentivar a implantação de novas indústrias e expansão das já estabelecidas, oferecendo novas áreas para o crescimento do setor, ordenar e orientar a ocupação do espaço entre as rodovias Anchieta e Imigrantes, já preparando para a implantação do futuro Anel Ferroviário. Assim, previa-se a implantação também de uma infraestrutura de apoio e compatível com o crescimento industrial: abastecimento de água, energia elétrica, sistema de comunicação e vias de acesso e de circulação (RAKAUSKAS, 2012). Nesse sentido, fica explícito o principal objetivo do planejamento urbano estatal em

servir aos interesses do capital, no caso o capital produtivo da época, sendo a toda a infraestrutura urbana pensada para suprir especialmente essa demanda do capitalismo industrial.

Portanto, a produção do espaço pautada pelo Estado subordinado aos interesses capitalistas instrumentaliza o espaço, que fica a dispor da racionalidade e da lógica da mercadoria e as pessoas passam a buscar proximidade às centralidades devido a maior oferta de empregos, possibilitando assim o sustento das famílias. A dinâmica capitalista do espaço vai além da simples venda. Além de fazer o espaço entrar na produção de mais-valia, ela significa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de decisão (LEFEBVRE, 2008).

As cidades industriais passaram por um processo de crescimento demográfico acelerado, devido à migração de mão-de-obra. Com o processo de urbanização acelerado sem objetivar políticas públicas sociais de moradia sustentou-se uma valorização imobiliária, e assim houve um empobrecimento da população urbana e uma parcela de operários passava a ocupar áreas irregulares e/ou de risco próximas às indústrias (RAKAUSKAS, 2012).

Consequentemente, o papel do plano diretor e zoneamento da cidade é justamente regular, quantificar e subordinar os diversos usos na metrópole através de uma política urbana de ocupação. A forma da cidade industrial, traz o valor de troca enquanto seu conteúdo, porém a prática espacial se faz enquanto um meio capaz de superar a racionalidade do período industrial e do Estado, mudando a forma de uso do espaço urbano (CARLOS, 2020).

No caso da área estudada neste trabalho, a imagem 3 é uma composição da lei de zoneamento da cidade de São Bernardo do Campo em um recorte local. Nesse recorte é possível ver a proximidade da área com a Zona Empresarial Restritiva, identificando o uso empresarial do entorno. É importante evidenciar que o plano diretor da cidade foi aprovado como lei no ano de 2011 (PMSBC, 2011), porém teve algumas atualizações 2015 (PMSBC, 2015) inclusive o reconhecimento do lote do galpão enquanto uma Zona Especial de interesse Social e não mais enquanto uma zona empresarial como era anteriormente classificada. Assim, é possível constatar que a mudança da política de subordinação só ocorreu posteriormente à consolidação da ocupação do lote.

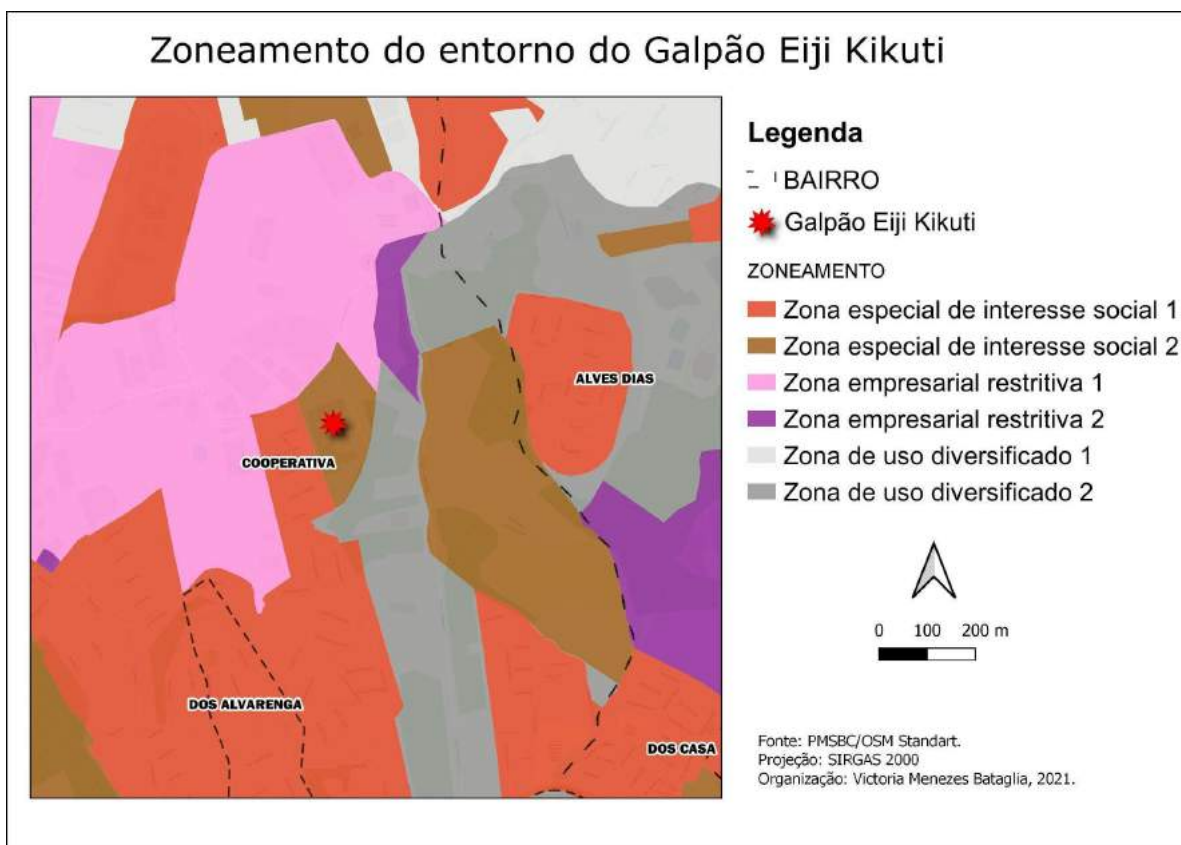


Imagem 3: Mapa do zoneamento do entorno do lote ocupado, 2015.

2.3. Reestruturação Industrial no ABC paulista e os novas diretrizes econômicas frente à crise capitalista

A crise capitalista ligada à queda do setor produtivo revela uma dominação quantitativa e qualitativa pela esfera financeira sobre a produtividade, uma vez que a própria produção real passa a ser guiada pela fluidez e lógica da valorização financeira, o que resulta na busca dos grandes administradores pela rentabilidade e fluidez do mercado financeiro na esfera produtiva. Além disso, outro aspecto importante é a possibilidade do capital fictício se valorizar independentemente da valorização produtiva (PAULANI, 2009).

Quando colocada a palavra “mercado” é um eufemismo para se tratar da propriedade privada dos meios de produção. As fusões e aquisições de empresas levaram a uma concentração de capital industrial e financeiro a níveis exorbitantes. Cabe citar que a valorização financeira combinada ao processo de mundialização vem de fundamentos tanto políticos como econômicos. Isto é, a ascensão do “mercado” não seria possível sem as intervenções políticas dos Estados capitalistas mais poderosos como dos Estados Unidos e

grandes potências. Medidas que tiveram seu ponto de partida na revolução conservadora de Margaret Thatcher e Reagan nos anos 1979-1981, foram estratégicas para “soltar” a maioria dos freios que canalizavam a atividade do capital nos países mais industrializados. A liberalização e a desregulamentação passam a ser estratégicas para as reformas do mercado financeiro em cada país ao redor do mundo, abrindo assim o caminho para a dominação atual do capital fictício e mercado financeiro (CHESNAIS, 2001).

Apesar da mundialização do capital financeiro ter uma tendência à homogeneização, trata-se de um processo contraditório, e à medida que ele avança, fragmenta e hierarquiza ainda mais a economia mundial, pois os países considerados “desenvolvidos” dispõem de maior concentração financeira, aumentando assim relação de dependência entre os países que não estão neste grupo. Os efeitos desse processo, combinados à liberalização e desregulamentação dos movimentos dos capitais e da tecnologia criam novos meios para os grupos industriais pressionarem por baixas salariais, sob a ameaça (que pode se tornar efetiva) de deslocar suas plantas produtivas para locais onde a mão de obra é mais barata e paga-se menos direitos trabalhistas (CHESNAIS, 2001).

Analisando esse contexto de mudanças e avanços tecnológicos a partir da concepção dos autores supracitados, essas transformações não serviram para melhoria ou redução do tempo de trabalho, pelo contrário: foram fundadas mudanças organizacionais nas fábricas e nos escritórios para dificultar a capacidade de luta da classe trabalhadora para melhores condições de trabalho. Portanto, os fatores que explicam a redução acentuada de postos de trabalho estão ligados à reestruturação das empresas sob uma lógica de retirada de direitos e à abertura econômica acelerada.

A partir de uma análise do mercado de trabalho na região metropolitana os autores Hoffman e Mendonça (2003) ponderam o início de mudanças na ocupação na região:

Em 1989, os empregos gerados pelo setor industrial representavam 33% dos postos de trabalho da região e, ao final do período analisado, esta parcela reduziu-se para 20%. O setor de serviços, que já era o principal responsável pela geração de postos de trabalho, elevou sua participação no total de postos gerados, passando de 41,3%, no início do período, para 52,3%, em 2001. Já a proporção das ocupações geradas no comércio passou de 14,8% para 16,2%. (HOFFMAN; MENDONÇA, 2003 p. 26)

Portanto, os autores evidenciam características da mudança nos postos de trabalho na RMSP. Ainda sob a referência do trabalho de Hoffman e Mendonça (2003), verifica-se o crescimento do trabalho autônomo:

O trabalho assalariado, como última forma de inserção ocupacional, perdeu importância, assim como o setor industrial. Por outro lado, aumentou a participação do trabalho autônomo, dos empregados domésticos e daqueles cuja última experiência como ocupado foi nos setores de serviços ou do comércio. Esta última situação reproduz a tendência verificada na estrutura de postos de trabalho dos ocupados, gerada pelo menor crescimento da indústria e à expansão dos segmentos de trabalhos não-assalariados e dos serviços e do comércio (HOFFMAN; MENDONÇA, 2003 p. 39)

No entanto, o discurso hegemônico frente a desindustrialização, trata apenas da preocupação com a reprodução do capital industrial e não chega às contradições inerentes à formação econômica e social capitalista. A crítica a este discurso, tem como base que as relações de produção tomam toda a sociedade. Desse modo, o sentido de produção se refere à produção de relações, à produção de mundo, à produção do próprio homem e à produção do espaço (PÁDUA, 2007). A partir destas ideias do autor, se propõe pensar que o momento novo de reestruturação do espaço ligado à financeirização econômica, se mostra como desdobramento da própria industrialização. Na sociedade em transformação existe uma difusão de ideias que se impõem enquanto dominantes e possibilitam a produção de um espaço que satisfaça os pressupostos dos atores econômicos hegemônicos, sem se importar de fato com o bem estar de seu povo.

O Bairro Cooperativa em São Bernardo do Campo tem tido mudanças em sua ocupação, principalmente o aumento no número de galpões abandonados e tentativa de leilões dessas propriedades. Sua proximidade à rodovia dos Imigrantes (SP-160) foi um fator relevante para a instalação do setor industrial, principal interessado na subordinação deste espaço aos seus interesses. Porém, como anteriormente citado, essa ocupação de uso empresarial tem perdido um pouco de relevância e atualmente não é incomum encontrar estabelecimentos fabris vazios e leilões de estabelecimentos com pouca procura. O fenômeno de desindustrialização pode ser observado nas grandes cidades industrializadas, identificado localmente, onde a indústria era a atividade econômica principal e deixa de ser, dando lugar a outras atividades ou deixando o espaço em processo de deterioração (PÁDUA, 2009).

Em uma visão lefebvriana, a realidade urbana a partir do conceito de produção do espaço, conduz até o sentido da reprodução. Pois, atividades produtoras se reproduzem, se transformam gradualmente ou abruptamente (CARLOS, 2020). Nesse sentido, o constante processo de acumulação e valorização não se faz sem contradições. A contradição do cenário

é o próprio movimento de acumulação capitalista, agora com a predominância financeira, ter ocasionado a deterioração de uma parte dos espaços do capital produtivo.

Sob o mesmo ponto de vista, o processo de desindustrialização revela a crise da cidade moderna que pode provocar a falta de emprego, a degradação do espaço urbano e o acirramento da disputa pelo uso do espaço (PÁDUA, 2007).

O contexto de desenvolvimento de uma reestruturação produtiva, acontece simultaneamente a uma importância do capital fictício financeirizado, fomento de políticas neoliberais onde as privatizações, desregulamentações, cortes de verbas à políticas públicas e direitos sociais são as principais pautas, resultando no aumento da exploração e da expropriação (ALVAREZ, 2014). Nesse cenário de diminuição de postos de trabalhos ligados às indústrias devido a reestruturação industrial citada, cortes de direitos ligados ao bem-estar social da população trabalhadora, a luta por existir na cidade se acirra. Além disso, os espaços esvaziados pelo deslocamento industrial carregam a forma industrial de ocupar o espaço urbano, pautada pelo Estado através das leis de zoneamento.

O fenômeno de desindustrialização pode ser observado nas grandes cidades industrializadas, identificado localmente, onde a indústria era a atividade econômica principal e deixa de ser, dando lugar a outras atividades ou deixando o espaço em processo de deterioração (PÁDUA, 2009). Assim, esse processo impacta na deterioração do espaço urbano e também na precarização da condição de vida nas cidades.

Além disso, essa diminuição de postos de trabalho contribui para precarizar as condições de trabalho para quem precisa vender sua mão-de-obra para subsistência. Isso pode ser visto no aumento de trabalhadores autônomos: vendedores ambulantes, prestadores de “bicos” e trabalhadores de aplicativos como *uber* e *ifood*.

Nessas décadas de desenvolvimento das tecnologias, de mundialização das cadeias produtivas, da centralização de capitais e de corte de custos e responsabilidades pelas empresas há a nova forma de gestão do trabalho: o autogerenciamento do trabalho através dos aplicativos e da prestação de mão-de-obra. Esta passa a ser a alternativa mais eficiente para a população mais pobre conseguir renda para seu sustento de forma rápida (ABÍLIO, 2020).

Segundo os dados do Instituto de Locomotiva aproximadamente 17 milhões de pessoas no Brasil obtêm algum rendimento regular através do trabalho mediado por aplicativos. Nessa

nova forma de controle do trabalho, o trabalhador é responsável pela sua própria permanência onde nada parece garantido. O trabalhador nesses moldes inicia sua jornada sem qualquer previsão de carga horária ou garantia de remuneração. As estratégias passam a ser pessoais para a gestão da própria sobrevivência (ABÍLIO, 2020). Desse modo, a realocação dos parques industriais muda a dinâmica do trabalho das cidades, deixando essa lacuna de emprego e uma parcela de desempregados que procuram por qualquer oportunidade de trabalho, mesmo que seja um subemprego.

3 APROPRIAÇÃO E PROPRIEDADE

3.1 O papel da propriedade privada na segregação socioespacial

A imposição da propriedade privada na formação do espaço capitalista tem forte impacto no uso do espaço. A partir da propriedade, o espaço passa a ser visto como uma mercadoria e o valor de troca passa a ser prioridade na lógica capitalista predominante. Assim o espaço passa a ser dominado pelo valor de troca e o uso fica pautado pela lógica da propriedade, sendo limitado pela normatização e ordenação espacial (BAGGIO, 2005).

Essa dinâmica socioespacial inflama sensivelmente o constante conflito entre o valor de uso do território e seu valor de troca. No âmbito desse movimento contraditório, de um lado as necessidades referentes à existência e reprodução da vida e expressas pelas práticas de apropriação dos lugares pelos habitantes (valor de uso) e do outro lado o tratamento exclusivamente mercantil da terra em detrimento de benefícios econômicos e de renda (valor de troca). A lógica mercadológica afeta o espaço e o uso passa a ser mediado pela propriedade privada e pelo valor de troca. O Estado se torna fundamental nesse contexto pois impõe a troca, normatiza e institui a propriedade privada da terra (ALVAREZ, 2008).

Assim, a propriedade privada aparece como forma de dominação territorial por meio da burocracia estatal. Por isso as relações de propriedade têm importante influência nesse conflito, pois criam limites ao uso: o espaço mediado pelo mercado imobiliário fica limitado às formas de apropriação privada, destruindo a acessibilidade às possibilidades do uso. No Brasil, o caráter da propriedade se afirma como um recurso para a reprodução da manutenção das relações de produção através do poder absoluto dado aos proprietários (CARLOS, 2017).

Segundo Lefebvre (2001) o mundo capitalista tem sua coesão e coerência interna, o valor de troca e o dinheiro são importantes elementos para tornar possível essa coerência e sua expansão:

Esse mundo da mercadoria tem sua lógica, sua linguagem, que o discurso teórico encontra e ‘compreende’ (dissipando consequentemente suas ilusões). Tendo sua coerência interna, esse mundo quer espontaneamente (automaticamente) se desenvolver sem limites; e pode fazê-lo. Ele se estende ao mundo inteiro ; é o mercado mundial. Tudo se vende e se compra, se avalia em dinheiro. Todas as funções e estruturas por ele engendradas, entram nesse mundo e sustentam-no. (LEFEBVRE, 2001, p. 136)

Porém como trata-se de um processo dialético, está em constante conflito e isso também é elucidado pelo autor:

“No entanto, esse mundo não chega a se fechar. Sua coerência tem limites; suas pretensões decepcionarão aqueles que apostam na troca e no valor de troca como absoluto. Com efeito, uma mercadoria escapa ao mundo da mercadoria: o trabalho, ou antes, o tempo de trabalho do trabalhador (proletário). Ele vende seu tempo de trabalho e continua em princípio livre, mesmo se crê ter vendido, seu trabalho e sua pessoa, ele dispõe de direitos, de capacidades, de poderes que minam a dominação absoluta do mundo da mercadoria sobre o mundo inteiro. Por essa brecha podem entrar os “valores” repelidos, o valor de uso, as relações de livre associação etc. Não é uma brecha ocasional, é mais e melhor; a contradição se instala no coração da coesão do capitalismo.”(LEFEBVRE, 2001, pág 136)

No mundo modernizado, a apropriação e a dominação estão em conflito. A dominação fica pautada pelas estratégias, normatização e ordenação da sociedade, tendo como resultado a prática espacial e ocupação do espaço (CARLOS, 2007).

Em contraponto ao valor de troca, há o poder ao trabalhador de dispor de uma relação com o espaço que não esteja sob a dominação absoluta da mercadoria e também a apropriação do espaço que se realiza enquanto prática na luta contra a norma. Portanto, mesmo com a predominância do valor de troca (disposto no título de propriedade) e sua importância para o modo de produção vigente, ela não chega a fazer o uso e o valor de uso desaparecer (SEABRA, 1996).

Na produção do espaço orientada pela lógica do capital financeiro, o uso e o sentido dos lugares se transformam. Sendo as intervenções estatais pautadas em projetos da iniciativa privada que muitas vezes partem da remoção de famílias (ALVAREZ, 2014).

Segundo Harvey (2005) o Estado frente ao modo capitalista de produção pressupõe um sistema de direito e propriedade que assegura que o domínio sobre os valores de uso seja através da propriedade ou a troca. O padrão comum do valor de troca é feito através do dinheiro, de modo que os indivíduos se relacionam no mercado como iguais, o dinheiro, portanto é como um grande nivelador.

Assim, no capitalismo, as relações de troca se originam através das noções liberais de indivíduo, liberdade, igualdade e direitos, advindas das revoluções burguesas. Esses conceitos são mais que ferramentas ideológicas, eles se ligam ao Estado e ao sistema legal. O Estado capitalista deve aplicar formalmente um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade e direito correspondentes às relações de trocas sob o capitalismo (HARVEY, 2005).

É uma contradição o modo que um sistema de trocas com base na liberdade e igualdade resulta na desigualdade e falta de liberdade. A formação desse modelo contraditório

de sociedade se dá no caráter de classe das relações capitalistas de produção ao longo da história.

“A garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão todos dentro do campo de ação do Estado. (HARVEY, 2005, p. 86)

Por isso, para se entender a produção do espaço no modo capitalista é necessário considerar que a tendência à homogeneidade se dá a partir de fragmentos espaciais determinados para cada finalidade. Assim, os espaços dialeticamente se homogeneizam e fragmentam, eles também se hierarquizam socialmente (ALVES, 2019).

3.2. Consulta e análise do título de propriedade do galpão e a disputa pelo espaço no âmbito burocrático

Para essa etapa de análise do título imobiliário do local de estudo foi consultado o material disponível no edital de concorrência pública que continha a documentação da propriedade do imóvel (nº 22.938 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de São Bernardo do Campo), especialmente o Galpão Eiji Kikuti, em São Bernardo do Campo, tem a propriedade imóvel com matrícula de. Através do registro foi possível verificar um aspecto da dinâmica do uso daquela propriedade: a dinâmica do título de propriedade no âmbito do registro burocrático, ou seja, o uso registrado perante ao Estado.

No primeiro registro consta a propriedade de Kiyouji Inoue e Aiko Inoue em 1983, casal de descendência japonesa. Após alguns registros de venda da propriedade, em 1989 a Produflex Industria de Borrachas LTDA comprou o imóvel e se instalou. Em 2005 por carta de adjudicação o imóvel de Produflex foi adjudicado à execução fiscal, pelo valor de R\$17.172.548,00. Em 2013 a averbação para ficar constando a proprietária Fazenda do Estado de São Paulo.

Nas palavras de Pádua (2007): "É uma característica comum aos espaços de desindustrialização ter um número considerável de imóveis industriais desocupados, à venda e/ou para aluguel". Assim, identifica-se mais uma evidência do esvaziamento de espaços fabris na região e no bairro.

Em 2016 foi aberta uma concorrência pública (nº 08/2016) CC nº 119.865/2009, para a venda do local, pelo valor mínimo a ser oferecido de R\$ 6.360.000,00 e o imóvel a ser vendido “ad corpus”, ou seja, no material e situação encontrado em 2016 e ficando as providências jurídicas e eventuais ônus do imóvel ficando sob responsabilidade do adjudicatário. Vale salientar que está em curso uma ação de reintegração de posse desde 2011, pendente de decisão final.

“O imóvel será vendido “**AD CORPUS**”, no estado material e situação jurídica em que se encontra, ficando as providências que se fizerem necessárias para a regularização documental, especialmente registros e levantamento de eventuais ônus que recaiam sobre o imóvel, sob a responsabilidade do adjudicatário” (SÃO PAULO, 2016)

Neste ano em que a concorrência pública foi aberta, a ocupação do galpão já estava consolidada e é impressionante tamanha frieza em que o edital trata aproximadamente 300 famílias como um mero “ônus” que recai sobre o imóvel.

Assim, verifica-se o quanto o valor de troca impera sob o valor de uso na lógica da propriedade, pois a ocupação do galpão, ou seja, o uso atual do galpão é ignorado e antes do Estado agir para garantir o direito à moradia e à existência de diversas famílias, em primeiro lugar é colocado o processo de venda. Conforme consulta ao edital, a situação do imóvel é descrita da seguinte forma:

“O imóvel encontra-se ocupado, caracterizando-se como favela, composta segundo informações da Secretaria da Habitação de São Bernardo do Campo por 500 famílias (levantamento feito pela Defesa Civil). A edificação encontra-se bastante deteriorada e sem qualquer vestígio de manutenção, fato levado em consideração na avaliação do bem. Há em curso a ação de reintegração de posse, ajuizada pelo Estado de São Paulo em face de “Todos os invasores” sob o nº 0024476-79.2011.8.26.0564, anda em tramite perante a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Bernardo do Campo e pendente de decisão final. ”(SÃO PAULO, 2016)

O Estado, portanto, é o principal mediador da troca e nesse caso ele é inclusive o portador da propriedade, fica evidente as diversas tentativas de limitação do uso daquele espaço através dos próprios instrumentos estatais como a reintegração de posse e a tentativa de venda. A produção capitalista do espaço urbano impede o uso dos espaços urbanos, garantidores da reprodução da existência (através da propriedade privada). Na sociedade que é fundada pela desigualdade de classes, coloca o grupo subalterno em uma impossibilidade de viver senão na constante luta ao acesso à moradia e/ou à transgressão à lógica da propriedade privada, como no caso de ocupações de espaços inutilizados (RIBEIRO, 2012).

A afirmação da propriedade privada é aquele mecanismo que concede ao capital o direito de explorar o proletariado, no âmbito do trabalho. No caso das estratégias que envolvem o espaço, se voltam às expropriações relacionadas ao Estado e seu aparato jurídico, como decretos de desapropriação de áreas para vendas e investimentos que direcionam o fluxo do capital em produzir o espaço. Assim, a subordinação do trabalhador passa a ser maior, pois além da alienação da força de trabalho, sustenta-se a impossibilidade do uso (RIBEIRO, 2012).

Assim a disputa pelo uso se torna de forma literal, pois existe em trâmite uma disputa jurídica na forma da Reintegração de posse. Após o intermédio do Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse (GAORP) e depois de aproximadamente 10 anos de disputa judicial, o processo está próximo de sua conclusão sendo citado pelo juiz:

“Tendo em vista que a ordem de reintegração de posse não está na iminência de cumprimento e diante da complexidade que envolve seu cumprimento, encaminhem-se os autos ao Grupo de Apoio às Ordens de Reintegração de Posse – GAORP para análise, nos termos da Portaria nº 9.138/15 do E. TJ/SP”(COMUNICAÇÃO TJSP, 2019)

A complexidade tratada se dá pela quantidade de pessoas envolvidas que podem simplesmente deixar de ter um local para morar. Segundo publicação da página do Tribunal de Justiça de São Paulo em 2019 as conclusões das sessões daquele ano tiveram o seguinte direcionamento:

“Após considerações dos representantes, o Gaorp propôs manter suspensa a ordem de reintegração de posse para cadastramento das famílias e congelamento da área. O Governo do Estado informou que não possui destinação para a área e que analisará sugestão do Gaorp para que o imóvel seja doado e, posteriormente, regularizado.”(COMUNICAÇÃO TJSP, 2019)

Esse parecer é muito importante pois indica a efetivação da mudança do uso e do conteúdo daquele lugar. Os moradores do galpão conseguem efetivar a prática espacial da apropriação e essa prática após muita disputa se torna capaz de modificar a propriedade daquele local. O lote que tinha como conteúdo a produção fabril de borracha e de uso empresarial, agora se torna moradia de muitas famílias que têm sua existência e suas condições reconhecidas.

4 A DINÂMICA DO USO

4.1 Análise das imagens de satélite do Google Earth

A primeira imagem a ser analisada é de 2009 e nela o lote aparenta um armazém industrial comum, pois não há vestígios identificáveis remotamente de habitação vide imagem 4. Porém, apesar de não ser identificável remotamente, o lote está sendo ocupado desde 2003 segundo a reportagem da TVT (2013) sobre a ocupação



Imagem 4: Imagem de satélite do ano de 2009. Fonte: Google Earth.

Ao analisar a imagem 5 que é do ano de 2011, as primeiras marcas da ocupação são observáveis. É possível identificar moradias autoconstruídas e improvisadas no lote ao redor das estruturas industriais para adaptar a área de um uso fabril para o uso habitacional.



Imagem 5: Primeiras modificações estruturais no galpão identificáveis em 2011. Fonte: Google Earth

Segundo Carlos (2011) a apropriação do espaço como negação da propriedade e da ordem burguesa, escapa ao domínio da mercadoria sob a égide do uso. É a partir dessa concepção que neste projeto é proposta uma reflexão sobre as disputas de uso dentro da metrópole e como a produção capitalista do espaço, dialeticamente, produz usos que não são de domínio da propriedade e do capital. Mais especificamente abordando esses conceitos para o contexto em que o galpão está inserido. A partir dessa percepção e das análises das Imagens 4 e 5, é possível perceber que a apropriação do Galpão Eiji Kikuti, com um uso que objetiva suprir a necessidade de morar, deixou novas marcas na morfologia desse lugar.

A lógica da ordenação espacial que favorece o produtivismo capitalista dialeticamente produz usos opostos a essa lógica, como o caso da ocupação. Ao negar às pessoas a possibilidade de se apropriar de determinados espaços, há recorrência do uso irregular para a possibilidade de reprodução da vida e a disposição do galpão industrial esvaziado passa a mudar. Assim, a problemática do espaço, na insurgência do uso traz novos elementos, novas relações com o espaço e vai gestando novas territorialidades (SEABRA, 1996).

As disposições das habitações dentro do galpão fogem da métrica burguesa de ordenação espacial e passa a seguir as necessidades de habitar das pessoas necessitadas de moradia. O lote passa a perder suas características empresariais, tendo agora Como o sujeito vive através de uma forma de apropriação, a atividade prática vai alterando constantemente o espaço e os seus significados, marcando e ressignificando os lugares com traços novos e novos valores também (CARLOS, 2007).



Imagem 6: Marcas da ocupação já consolidadas e visíveis à distância em 2015. Fonte: Google Earth.

Na imagem 6 é possível perceber um crescimento da ocupação na parte da frente do lote e uma consolidação das construções ao redor dos galpões. Com o tempo, a ocupação foi se consolidando e o número de moradores aumentou. Além disso, a apropriação do espaço tem como consequência marcas e a mudança de sua morfologia física. Portanto, nesse intervalo de 4 anos entre as imagens de satélite, identifica-se o crescimento da ocupação pelas marcas que essa apropriação deixa no espaço, com novos traços e alterações.

.Na imagem 7 estão visíveis as moradias mais recentes que estão dispostas no fundo do lote, essas são as habitações mais precárias, feitas de materiais como madeirite, papelão e plástico.



Imagem 7: Foto de moradia recém improvisada nos fundos do terreno do galpão. Fonte: Autoria própria, 2019.

Dentro do terreno é possível ver diversos tipos de moradias: tem as casas que os moradores constroem dentro dos galpões, dividindo e aproveitando da própria estrutura fabril para fazer suas moradias adaptadas, muitas delas feitas de alvenaria tijolos e telhas, com uma estrutura um pouco melhor do que as habitações mais recentes dispostas no fundo do lote. Dessa forma o uso consegue se realizar através da moradia autoconstruída, do corpo e dos sentidos e da ação humana e se realiza produzindo uma realidade concreta e imprimindo rastros da civilização (CARLOS, 2004). Ou seja, essas diferentes texturas visíveis na imagem 8, significam a forma de uma ocupação e seus rastros.



Imagem 8: Imagem de 2020 com a ocupação e moradias já consolidadas. Fonte: Google Earth.

Na imagem 9 estão ilustradas as moradias de dentro do galpão. Assim foi possível identificar essa disposição das habitações que não ficam apenas no entorno do lote, mas também dentro da estrutura fabril que passa a ser dividida em várias casas e pequenas vizinhanças. Segundo o entrevistado e fotos mais antigas da ocupação, percebe-se que até o ano de 2013 o interior do galpão não era totalmente ocupado e ficava como um espaço disponível para um uso diverso. Porém, conforme o crescimento visível no número de moradores na ocupação, nesses espaços foram construídas moradias.

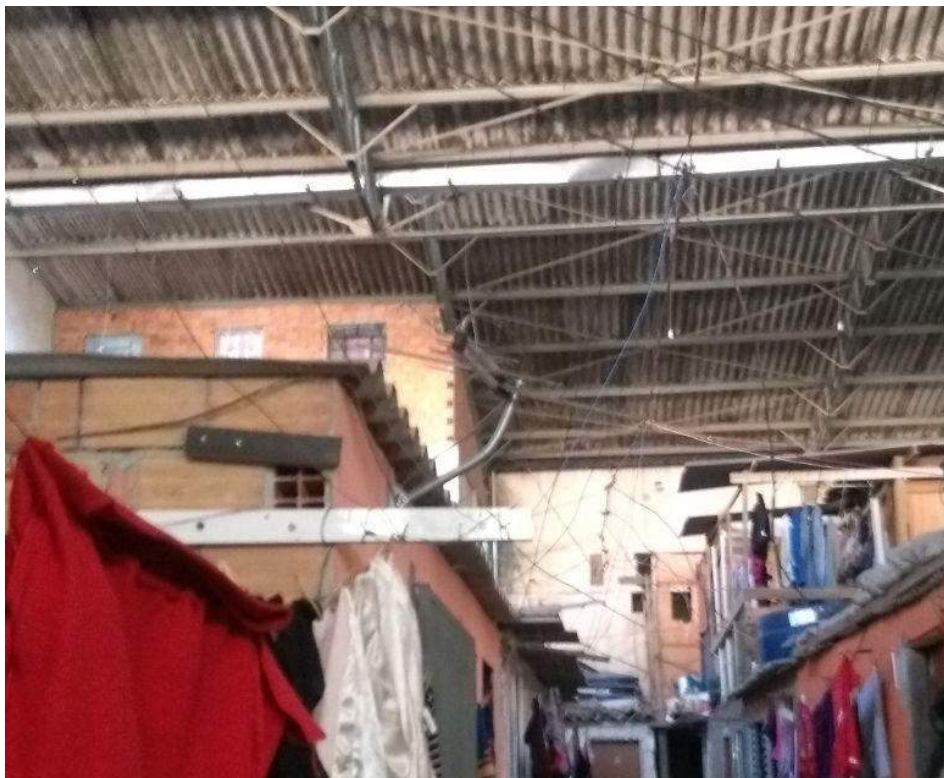


Imagem 9: Moradias construídas na parte interior do galpão. Fonte: Autoria própria, 2019

4. 2 Entrevista Morador da Ocupação no Galpão Eiji Kikuti

A entrevista realizada com Godard, 20 anos, que preferiu não se identificar, aconteceu no dia 11 de abril de 2021 e na conversa foram levantados alguns pontos centrais para entendimento da dinâmica da ocupação e a relação de identificação e vivência do lugar. De início, é importante trazer que Godard se prontificou a dar seu relato ainda que com algumas desconfianças: “Você me desculpe, mas não tem a ver com policial não, né?” “Só não distorce, a mídia já distorceu demais”

“Bom, aqui os moradores são gente boa, entendeu? Aqui tem muita coletividade... é fato que em todo lugar tem pessoas que não é da mesma energia, tá ligado? Mas é normal... Quando eu vim pra cá em 2011, tinha poucas casas ainda, aí o governo queria retirar nós daqui... Aí depois foi chegando mais gente, eu acho que deve ter umas 2 mil ou 5 mil famílias por aqui, entendeu? Aí conforme foi crescendo, foi chegando [mais] pessoas. O galpão pra eles lá de fora... tem muito preconceito, entendeu? Para eles, aqui é lugar de bandidagem, roubo e essas coisas, entendeu? Mas aqui não tem nada disso, não tem biqueira nem nada.”

Os preconceitos citados pelo entrevistado são causados pelas representações formais do espaço que na concepção da normatização criam um imaginário de como devem ser as formas urbanas. Quando uma morfologia urbana escapa ao modelo tradicional, essa forma é

vista de forma negativa. Os lugares produzidos como favelas, e mais ainda como no caso de uma ocupação irregular precária, são estigmatizados por não seguirem a ordem de ocupação urbana da lei. Assim, quando o indivíduo constrói sua moradia fora desses parâmetros formais, é considerado “fora da lei” e sofre preconceito. Cria-se no imaginário das pessoas de fora que essa morfologia fora da formalidade deve ser removida e a luta por moradia passa a ser reduzida à elementos estigmatizados (RIBEIRO, 2012). Cabe citar uma matéria da Folha de São Paulo (2020) que citou a ocupação do galpão Eiji Kikuti como “área problemática e de difícil acesso” inclusive cita que são áreas sob controle de criminosos, e a fonte dessas afirmações são “relatos de servidores que tiveram problemas de acesso na área”. A matéria corrobora com o relato do morador do galpão, pois o mesmo cita problemas com a mídia e uma distorção de fatos. Em nenhum momento a equipe do jornal citou a visão de algum morador sobre a criminalidade na área, pelo contrário apenas trouxe informações que contribuem para visões estigmatizadas de ocupações como essa.

Quando perguntado sobre como chegam novas pessoas para ocupação, o entrevistado respondeu: “Acho melhor eu não citar, ok? ”. No entanto, ao visitar o local e em algumas reproduções de imagens, é possível identificar algumas dinâmicas de propriedade, venda e troca, como a casa dentro da ocupação com a escrita de “vende-se” na Imagem 10:



Imagem 10: Imagem retirada da entrevista com moradores do local. Reprodução REDE TVT/Youtube, 2013.

Provavelmente o entrevistado não quis relatar a venda de moradias dentro da ocupação por não ser uma prática legalizada e por não ser bem vista pelos movimentos de luta por moradia. No entanto, é importante salientar que mesmo que a ocupação remete a um movimento de subversão à lógica da propriedade privada através do uso do espaço, não está isenta de suas próprias contradições. A lógica capitalista não modifica somente o espaço, mas também resulta num modo de pensar e agir determinado pela propriedade privada (RIBEIRO, 2012). Por isso, essas pessoas são construídas a partir de histórias de perdas e batalhas para conquistar o mínimo de estrutura para uma habitação e assim poderem realizar a vida, afirmam a lógica da propriedade privada mesmo que vendendo ali seu “barraco” que não está disposto de instrumentos legais e formalidades. Por isso, mesmo que o uso do galpão seja através da apropriação do lote, isso não muda a inserção das pessoas que moram ali na sociedade capitalista e pautada sob a lógica da propriedade privada e que essas pessoas reproduzam essa lógica que estão sujeitas. O espaço urbano envolvido nessa teia de relações é onde se realiza o conflito, pois a vida precisa se realizar e o corpo precisa existir. É aqui que reside a prática espacial, mesmo que esteja alienada à lógica da troca mercantilizada.

É importante ressaltar que as moradias construídas na ocupação também são formas de investimentos, a venda dessas casas é uma forma de recuperar o dinheiro investido ali (RIBEIRO, 2012). Ao decorrer da pesquisa foi constatado que a situação financeira das pessoas da ocupação é muito frágil, portanto, quando alguém pretende sair do local, obviamente não quer perder o dinheiro investido na autoconstrução.

Ao decorrer da entrevista, o morador citou memórias afetivas que tem com o galpão:

“Eu cresci aqui, tenho muitas memórias boas. Tinha uma quadra pra jogar bola aqui, mas infelizmente tiraram o lazer das crianças pra pôr mais gente [...] Os anos que tiveram a quadra foram os melhores para nós. No galpão da quadra tinha telhado quebrado, quando chovia caía água e nós saímos escorregando, jogava bola na chuva... Sinto saudades dos tempos antigos.”

Na imagem retirada da página do facebook da Associação dos Moradores do Galpão, é possível identificar a área que era utilizada como quadra de futebol e área de lazer citada. Há algum tempo que já não existe mais esse espaço houve a construção de mais moradias decorrente do crescimento da ocupação após o ano de 2013.



Imagem 11: Foto do interior do galpão ocupado. 2013. Fonte: Facebook/Associação dos Moradores do Galpão.

A apropriação do espaço do galpão e a identificação do morador com aquele bom momento, representa o momento em que aquelas pessoas que tiveram a propriedade negada e foram marginalizadas pela segregação socioespacial, possam reproduzir a vida. A apropriação enquanto elemento constitutivo da realização da existência humana e da vida (CARLOS, 2007). Além das transformações morfológicas do galpão, ocorrem também as transformações simbólicas, estas últimas vêm do sentido que as pessoas dão para o lugar através do cotidiano. Nesse sentido, a reprodução da vida na ocupação deixa a marca através da construção das moradias improvisadas e também do surgimento de espaços de socialização como o caso da quadra e também de uma igreja. Segundo Ribeiro (2012):

“A sociabilidade forjada no âmbito do lugar e produzida em meio a uma morfologia espacial precária, como um conjunto das formas da favela, está situada na possibilidade da superação da representação do espaço dado a ela. Na produção de espaços de sociabilidade, a proteção e reconhecimento de suas condições no outro morador constrói a negação da visão imposta aos habitantes da favela a prática socioespacial legítima uma identidade distinta da reproduzida pela sociedade, mesmo que, na produção do espaço, a favela esteja sob os mais agudos processos de segregação socioespacial. É esta realidade que conforma a transgressão, vista a partir da solidariedade entre os moradores. Ela concede uma proteção, seja em relação aos

estigmas, seja mesmo à vigilância do lugar, estando os moradores atentos para qualquer tipo de violência que possa desalojá-los.” (RIBEIRO, 2012, pág 102)



Imagem 12: Igreja "Uma nova História" localizada dentro da ocupação. 2013. Fonte: Página do Facebook “Associação dos Moradores do Galpão”.

Desse modo, os espaços de sociabilidade que os moradores improvisam dentro do galpão são de extrema importância para o fortalecimento da solidariedade entre os moradores. Há também a ressignificação das formas daquele espaço que agora representa o cotidiano e a moradia daquelas famílias, assim eles passam a se proteger e superar aquela imagem estigmatizada do lugar. Para Lefebvre (1991) o cotidiano é o campo onde as dinâmicas das práticas sociais e da vida. Nele pode se manifestar a miséria da existência humana (em seu aspecto maçante) e também a sua grandeza (as virtualidades, o devir).

4.3 O uso enquanto prática socioespacial e as possibilidades de mudança



Imagem 13: criança brincando no espaço entre os galpões. Fonte: Autoria própria, 2019.

É possível que o cotidiano seja preenchido pelo trabalho e humilhações da classe trabalhadora. Porém, outra possibilidade é da grandeza na qual se constrói o mundo prático-sensível, onde o corpo se apropria do espaço e é criador de novos sentidos. Para Lefebvre, a apropriação do espaço urbano se configura enquanto um negativo da propriedade privada e também pode significar o negativo daquilo que é normatizado, programado e imposto (CARLOS, 2017).

Além disso, os novos elementos trazidos pelo uso no caso estudado estão relacionados à Lei de Zoneamento de São Bernardo do Campo. A partir de 2015, a área passa

a ter a classificação de Zona Especial de Interesse Social 2 (ZEIS) (PMSBC, 2015), portanto a ocupação do local teve influência na mudança de Zoneamento da cidade, que está no âmbito do planejamento territorial. Segundo Alves (2019), a concepção lefebvriana traz o planejamento como parte do concebido. O espaço ligado às relações de produção, à ordem, ou seja, a dimensão que normatiza o que os cidadãos podem ou não fazer.

Nessa conceituação, a tríade “concebido/percebido/vivido” se faz por dimensões espaciais indissociáveis. A potência da dimensão do vivido e o reconhecimento dessa dimensão do espaço, geralmente vem a partir de ações quanto ao uso do espaço. O percebido corresponderia à prática social e articularia a dimensão do concebido e do vivido (ALVES, 2019).

Assim, o uso do corpo na dimensão do vivido traz essa potência de subversão da ordem e do planejamento que, em um primeiro momento determina o uso daquele fragmento, neste caso o Galpão (ALVES, 2019). Após o uso do galpão de forma diferente pela qual é estabelecida a lei, anos depois essa determinação do uso se modifica através de uma nova lei de zoneamento (PMSBC, 2015), reconhecendo a área como “ZEIS”, explicitando assim a prática social efetivada e insurreição do uso.

Nessa análise, é de grande importância se considerar o corpo e sua potencialidade, pois a nossa existência tem uma corporeidade e é através dela que agimos. A apropriação do espaço é feita pelo corpo através do uso. (CARLOS, 2007). O uso corresponde a uma necessidade humana e com a imposição de um espaço geométrico, surgem os conflitos (CARLOS, 2007). A potencialidade do uso também se revela no diferenciar do “habitar” e do “habitat, nas palavras de Carlos sobre essa ponderação (2007) :

Nessa direção, a potencialidade do uso também se revela no cuidado que diferencia o habitar (analisado enquanto ato criativo, possibilidade de uma vida realizada em vários planos espaciais interligados de modo a criar um quadro amplo aonde a vida se realiza) do habitat (que significa a redução da vida ao plano do espaço privado), em que a casa foi reduzida à função de mercadoria; uma funcionalidade produzida e determinada por razões técnicas. (CARLOS, 2007, pág. 30)

A partir dessa percepção e de todas as consultas de imagem de satélite, visitas em campo e relatos do morador entrevistado, é possível perceber que a apropriação do galpão Eiji Kikuti, deixa novas marcas nesse lugar, pois agora tem seu uso com o objetivo de suprir a

necessidade de morar. Além disso, a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido explanada por Alves (2019), infere-se que a prática espacial no âmbito do vivido tem seu impacto no âmbito do concebido, pois no plano diretor da cidade, a área não é mais considerada como um uso empresarial, mas sim como uma zona especial de interesse social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso relacionado neste trabalho traz o contexto de uma cidade planejada em detrimento de suas indústrias, reduzindo o espaço à lógica capitalista e fabril. Porém a crise do modelo industrial cria um novo cenário: o desmonte dos industriais na região do ABC, mais especificamente a cidade de São Bernardo do Campo.

Essa crise capitalista reduz a qualidade de vida na cidade e aprofunda os conflitos entre classes na luta pelo espaço e também muda a forma de ocupação industrial: a indústria agora reduzida e buscando uma reestruturação (econômica e espacial) muda seus centros fabris, deixando as estruturas industriais esvaziadas (PÁDUA, 2009). Cabe citar que não é colocado aqui a desindustrialização como principal causa para a realocação da fábrica da Produflex, mas sim como um contexto presente na região metropolitana de São Paulo e na cidade de São Bernardo do Campo. Esse contexto é permeado de contradições, porém tem a produção capitalista do espaço e crise do capital como elementos centrais e que impactam a forma de se viver e morar na metrópole.

Assim, a dialética do processo de produção do espaço urbano traz uma importante situação para a análise aqui proposta: o capitalismo e a propriedade privada ao mesmo tempo que impõem as restrições de uso do espaço, criam um contexto em que a classe trabalhadora marginalizada vê como única alternativa para sobrevivência a subversão dessa normatização. A apropriação de um espaço de uso empresarial para a reprodução da vida é a prática espacial.

A morfologia espacial visibiliza materialmente as diferenças de acesso à riqueza produzidas no espaço urbano. É essa morfologia que nos faz perceber, no âmbito da paisagem, as formas, funções e estruturas que são resultados de uma estratégia de classe que em um determinado momento da história que hoje transforma o espaço em instrumento. Como esse processo não acontece sem conflito entre classes, a reprodução das relações de produção no espaço ora vira objeto e produto da acumulação e ora vira objeto das transgressões e resistências (RIBEIRO, 2012).

A análise das imagens de satélite em conjunto com a consulta de documentos que envolvem a propriedade do galpão evidencia disputas do uso daquele lugar e a mudança da morfologia do local, materializada na paisagem. Inicialmente a propriedade tinha uma função industrial e dispunha de estruturas fabris, porém a propriedade após execução fiscal passa à Secretaria da Fazenda e não há documentação de quanto tempo aquele imóvel ficou esvaziado até o início da ocupação em meados de 2003. Nessa situação, a população expropriada, negada de seu direito à moradia e também marginalizada pelo processo de reestruturação

industrial, vê como única alternativa de existência a apropriação do lote 309 da estrada Eiji Kikuti, assim o lote também passa a ter alterações nas suas estruturas físicas. Segundo Seabra (1996), é preciso circunscrever e prescrever as territorialidades, pois nesse contexto o espaço é estratégia.

Assim, o uso recusado, aquele que não cabe nas determinações da propriedade e do valor de troca, não se pode abolir. Portanto o uso continua, mesmo como ausência, como exclusão da propriedade e como conflito. Nesse conflito está a insurgência do uso, como o caso da ocupação no galpão (SEABRA, 1996).

A insurgência do uso do Galpão está associada à prática socioespacial mobilizada pelas pessoas que ocuparam e hoje habitam no local. A prática desses moradores subverteu a lógica de propriedade proposta pelo Estado e pelas burocracias do capital, ficando no âmbito do corpo e da reprodução da vida. Atualmente, apesar de ainda não ter acabado as disputas judiciais, há uma tendência para a doação da área pelo Estado. Essa também é uma consequência da prática espacial, capaz de modificar o âmbito burocrático. Vale citar, que essa ocupação é uma constante disputa e tentativa de permanência das famílias, pois ainda tramita pendente de conclusão um processo de reintegração de posse, esse processo pode determinar a propriedade do Galpão Eiji Kikuti definitivamente para fins de habitação social, mas também pode usar da força policial para a retirada das pessoas.

Ademais, cabe ao olhar geográfico, desenvolvido ao longo do curso, conectar caminhos e raciocínios que perpassam diversas escalas. Assim, compreende-se que um objeto de estudo nunca é explicado por si mesmo. Por isso o estudo proposto neste trabalho considera diversas escalas que influenciam a formação territorial da área estudada: a escala mundial é considerada para análise no âmbito da crise capitalista (que é mundial), do advento do capital financeirizado, do impacto desse processo no desemprego e piora na qualidade de vida dos habitantes da cidade de São Bernardo do Campo; a escala regional é considerada na análise dos processos de urbanização e realocação industrial; também a escala local e do corpo, que é a escala onde ocorre de fato a ocupação e apropriação do espaço pelos corpos marginalizados.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?1. **Estudos Avançados** [online]. 2020, v. 34, n. 98, pp. 111-126. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>>. Epub 08 Maio 2020. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>.

AGUILAR, C B. D.. **Produção do espaço urbano a partir da implantação do Trecho Sul do Rodoanel, em São Bernardo do Campo: impasses e perspectivas**. 2010. 282 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

ALVAREZ, I. P . A plasticidade da metrópole de São Paulo: reprodução do espaço, financeirização e propriedade da terra. **Cidades (Presidente Prudente)** , v. 11, p. 130-163, 2014.

ALVAREZ, I. P. **A reprodução da metrópole: o projeto Eixo Tamanduatehy**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ALVES, G. A. O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação. São Paulo: **Labur Edições/GESP/USP**, 2007. Disponível em: <www.gesp.fflch.usp.br>

ALVES, G. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 3, p. 551-563, 18 out. 2019.

BAGGIO, U. C.. **A luminosidade do lugar - circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte**: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza. 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. doi:10.11606/T.8.2005.tde-02022006-135000. Acesso em: 2021-06-27.

CAMPOLINA DINIZ, B. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 33, n. 98, p. 27-43, maio 2007. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612007000100002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 19 jun. 2019.

CARLOS, A.F.A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. São Paulo: Labur Edições, 2017, 2ª edição revisada, 317p.

CARLOS, A.F.A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo. Contexto, 2004, 154 p.

CARLOS, A.F.A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, A. F. A.. SÃO PAULO HOJE: AS CONTRADIÇÕES NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO DO ESPAÇO. **Scripta Nova (Barcelona)**, v. 5, p. 1-14, 2001.

CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o "Direito à Cidade". **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 24, n. 3, p. 412-424, 2020. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.177180. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/177180>. Acesso em: 25 ago. 2021.

CHESNAIS, F.. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro Revista**, edição 5, v. 2, 2001.

CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, 350 p., título original “L’Urbanisme: Utopies et Réalités, Une Antologie”, 1965, tradução de Dafne Nascimento Rodrigues

COMUNICAÇÃO SOCIAL TJSP. Gaorp realiza reuniões de conciliação em processos de reintegração de posse. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. 19 nov. 2019.

Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=59556>>. Acesso em: 7 maio 2021.

DAMIANI, A. L. “A Propósito do Espaço e do Urbano: algumas hipóteses”. **Revista Cidades**. Vol 1. No 1. pp. 79-96, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo. Annabulume, 2005.

HOFFMANN, M. B. P.; MENDONÇA, S. E. A. O mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo . **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 47, p. 21-42, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9901>. Acesso em: 21 ago. 2021.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins e Revisão Técnica de Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991, 145p.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. 2ª. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

LENCIONI, S. **Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. A indústria têxtil. 1991**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PÁDUA, R. F. de. A valorização de espaços de desindustrialização na metrópole: a produção do espaço como produção da segregação. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 105-124, 2010. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2010.74173. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74173>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PÁDUA, R. F. **Implicações socioespaciais da desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PÁDUA, R. F. Refletindo sobre a desindustrialização em São Paulo », **Confins [En ligne]**, 7 | 2009, mis en ligne le 31 octobre 2009, consulté le 16 juin 2020. URL : <http://journals.openedition.org/confins/6125>

PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estud. av.**, São Paulo , v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009 . Available:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 02 May 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003>.

PCC adota tática de milícias do Rio e avança sobre invasões de imóveis em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 12 de jan de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/pcc-adota-tatica-de-milicias-do-rio-e-avanca-sobre-invasoes-de-imoveis-em-sp.shtml>>

PMSBC. Lei municipal nº 6184, de 21 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a aprovação do Plano Diretor de São Bernardo do Campo e dá outras providências.

PMSBC. Lei municipal nº 6432, de 9 de novembro de 2015. Dispõe sobre alterações das leis municipais nº6.184 do Plano Diretor de São Bernardo do Campo - Parcelamento, uso e ocupação do solo no território do município de São Bernardo do Campo, e dá outras providências.

REDAÇÃO RBA. Mais de 300 famílias em São Bernardo podem sofrer reintegração de posse: Área pertence à Secretaria da Fazenda estadual, e a reintegração, que estava marcada para hoje, foi adiada em quatro meses. **Rede Brasil Atual**, [S. l.], p. 1, 22 ago. 2013. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/08/mais-de-300-familias-em-sao-bernardo-podem-sofrer-reintegracao-de-posse-3843/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

REINTEGRAÇÃO de posse pode deixar 340 famílias na rua em São Bernardo do Campo. Produção **REDE TVT**, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t8kGNWVjcCU>. Acesso 13 abr. 2021

RIBEIRO, F. V. **A luta pelo espaço: da segurança da posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.

SÃO PAULO, 2016. Secretaria do Governo. **Venda de imóvel situado na Estrada Eiji Kikuti, N° 309, Município de São Bernardo do Campo – SP N° 119865/2009**. Disponível em: <www.imoveis.sp.gov.br/Home/BuscarDocumentoPorId/72+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em 15 de maio de 2021.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios. **Reintegração/Manutenção de Posse**. Relator: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho. Início da tramitação: 13 de junho de 2011. Diário Judicial Eletrônico. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/processos/73942031/processo-n-0024476-7920118260564-do-tj-sp?unlock-activities-flow=true>. Acesso em: 21 abr. 2021.